



A PROBLEMÁTICA TEÓRICA ALTHUSSERIANA E *SEMÂNTICA E DISCURSO*¹

Pedro Karczmarczyk²

*Traduzido por Luciana Iost Vinhas*³

Revisão de Millaine de Souza Carvalho

O texto que o leitor tem em mãos⁴ constitui uma das apostas teóricas (ou seja, política em última instância) mais ousadas ligadas à intervenção filosófica iniciada por Louis Althusser com *Pour Marx* e *Lire le Capital*. Trata-se, sem dúvidas, de uma aposta teórica complexa, razão pela qual consideramos imprescindível restituir, de maneira geral, as coordenadas teóricas nas quais ela se inscreve, correndo o risco de sermos esquemáticos. O texto, publicado originalmente em 1975, não deixou de exercer sua influência. Sua tradução brasileira e as versões em castelhano de outros textos importantes de Pêcheux, etc., acabaram por recortar a ausência de uma versão castelhana deste trabalho como um sintoma das batalhas e combates dos quais resulta nossa situação teórica. Soma-se a isso o fato de que Pêcheux é reivindicado como fundador da “escola francesa da análise do discurso”, embora, em virtude do desenvolvimento dessa escola, a reivindicação suscite mais perguntas do que aquelas que responde⁵.

Semântica e discurso testemunha claramente seu vínculo com a leitura althusseriana de Marx. Por exemplo: Pêcheux localiza a problemática de uma teoria materialista do discurso a partir de um texto de Althusser citado duas vezes: “Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua uma

¹ Nota da Tradução: O livro “Les Vérités de La Palice: linguistique, sémantique, philosophie” foi traduzido para o castelhano como “Las verdades evidentes: lingüística, semántica, filosofía”. O título do texto de Pedro Karczmarczyk apresenta a primeira parte da tradução do título para o castelhano, *Las verdades evidentes*, que, para acompanhar a tradução do título em português, feita por Eni Orlandi (et al.), substituímos por *Semântica e discurso*. Essa mesma substituição foi feita em todas as referências a *Las verdades evidentes* ao longo do texto.

² Referência completa da publicação original: KARCZMARCZYK, Pedro. La problemática teórica althusseriana y *Las verdades evidentes*. In: PÊCHEUX, Michel. *Las verdades evidentes: lingüística, semántica, filosofía*. Traduzido por Mara Glozman [et al.]. Buenos Aires: Ediciones del CCC, 2016. p. 19-30.

³ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora adjunta de Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Líder do grupo de pesquisa Ordinário do Sentido e Resistência (UFRGS/CNPq) e membro dos grupos de pesquisa Mulheres em Discurso (UFRGS/CNPq) e Estudos Pêcheuxianos (Unipampa/CNPq).

⁴ Nota da Tradução: O texto a que o autor faz referência é “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, já que o texto de Pedro Karczmarczyk consta na publicação em castelhano da obra, conforme referência completa disponível na nota nº 2.

⁵ Ver Courtine (2014); outra perspectiva em Maingueneau (2008).

significação’ (portanto, incluindo as evidências da ‘transparência’ da linguagem), essa ‘evidência’ de que você e eu somos sujeitos – e que isso não levante qualquer problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar”⁶ (Althusser, 1988, p. 53).

Essa observação, como notou Paul Henry, deixa vislumbrar um vínculo sem, no entanto, chegar a estabelecer sua natureza. Esclarecer esse vínculo supõe enfrentar a concepção de linguagem como instrumento de comunicação de significações prévias e independentes. Essa concepção constitui um poderoso obstáculo para o desenvolvimento de uma teoria da interpelação ideológica. Um dos entraves mais tenazes é, sem dúvidas, a ideia do sujeito como origem e fonte das significações. Evidentemente, a intervenção do discurso na interpelação ideológica “não ocorre de modo explícito, por meio de uma ordem como ‘Coloque-se aí, este é o seu lugar no sistema de produção’, isto é, por meio de um tipo de ‘comunicação’, eventualmente acompanhada de alguma forma de coerção física ou ameaça” (Henry, 2010, p. 25).

A perspectiva de Althusser qualifica, desde o início, como ideológicas as evidências de que sou um sujeito concreto, único e irrepetível e as evidências de que os objetos diante de mim são concretos, individuais, reais. Há muito tempo Hegel se ocupou, na *Fenomenologia do espírito*, da convicção espontânea que nos leva a buscar o real apontando para os seres concretos em sua individualidade, para escapar da abstração que opera em todo nome comum. O real seria “isto”, este objeto que está agora diante de mim, com sua nuance específica de cor, sua forma irrepetível, seu aroma incomparável, etc. Dizemos “isto”, ou simplesmente apontamos para o objeto concreto, como se assim pudéssemos apreendê-lo em sua unicidade, fora de qualquer abstração. Hegel mostrou, no entanto, que essa suposta apreensão direta, na realidade, está mediada por um conjunto de recursos abstratos: o concreto individual diante de mim é aquilo que não posso apreender (ver, tocar, cheirar, etc.) *aqui e agora*. Resulta, então, que esta apreensão depende de um conjunto de recursos, como “isto”, “aqui” e “agora”, que se aplicam às situações mais diversas e que fazem parte de um sistema de relações abstratas por meio do qual nos apropriamos do concreto (Althusser, 2015, p. 73). Muito tempo depois de Hegel, Benveniste retomou a matriz da análise hegeliana para analisar o outro termo desse problema, exibindo a constituição discursiva da subjetividade. Lembremos de que, para Saussure, a fala (*parole*) estava marcada por uma individualidade inalienável, que a colocava para além do conhecimento científico (ver “Linguística,

⁶ Nota da Tradução: Optamos por reproduzir a tradução já estabelecida da obra em português, conforme a referência: ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 211.

(inter)discurso, materialismo...” neste mesmo volume)⁷. Benveniste, ao contrário, apoiou-se na “instância do discurso”, na execução da palavra (*fala*) por um falante em um momento determinado, encontrando nela um elemento constitutivo da subjetividade. Os pronomes pessoais (eu, tu) fazem referência à unicidade dos falantes através daquilo que eles *têm em comum* nas situações mais diversas: o exercício da palavra. O eu determinado pela língua é “aquele que fala”: é ego que diz “ego”. Como no caso hegeliano, o concreto do sujeito único e irrepetível aparece aqui recortado (constituído) a partir de um sistema de relações gerais⁸.

Uma posição materialista não pode ser obtida por meio de uma declaração que conserve a separação idealista entre pensamento e realidade, apenas invertendo sua prioridade. Althusser resistiu a uma declaração desse tipo pela simples razão, hegeliana, como vimos, de que o vivido ou experimentado não pode ser identificado simplesmente com o concreto. Seu questionamento da separação idealista entre pensamento e realidade consistiu em sustentar que o pensamento (o abstrato) faz parte da realidade material como uma forma de materialidade específica, aquela das práticas e relações sociais, irreduzível a outras formas (biológica, física), contribuindo para compreender que aquilo que o idealismo designa como “pensamento” (que seria sempre inerentemente subjetivo e pessoal) é um efeito da materialidade das práticas, necessariamente sociais e localizadas em uma formação social determinada⁹. Assim como no caso de Hegel e o concreto, dessas teses não decorre a inexistência daquilo que é evidente na ideologia, mas sim uma reformulação do tipo de existência dessas realidades (que a ideologia indica sem permitir que as compreendamos).

Vivemos sob o efeito de uma série de abstrações psicológicas, sociais, políticas e filosóficas que têm, para nós, o caráter de evidências. Tais evidências afetam, inclusive, nossa relação com nós mesmos, que, para além da imediatez com a qual se oferece, devemos reconhecer como opaca e conflituosa. O que dizemos e fazemos espontaneamente, “o que é preciso dizer ou fazer” em uma situação, remete a dizeres e acontecimentos que ocorreram em outro lugar. Que nossa relação com o concreto, no pensamento ou na ação, ocorra no elemento das abstrações que organizam de maneira imanente uma prática tem uma consequência inquietante: em nossa relação vivida com a realidade (as ideologias práticas) estamos expostos aos trabalhos que ordenam as generalidades, que as elaboram sistematicamente, hierarquizando as evidências, subordinando umas às outras,

⁷ Nota da Tradução: O autor faz referência ao texto de Mara Glazman publicado no mesmo livro, cuja tradução também está publicada no presente dossiê, intitulado, em português, “Linguística, materialismo, (inter)discurso: elementos para uma leitura de *Semântica e discurso*”.

⁸ Ver Benveniste (2010), Milner (2003) e Balibar (2013).

⁹ Ver os conceitos de “aparelho histórico de pensamento”, “prática teórica” e as teses de que não há prática cega, nem conhecimento que não seja, em última instância, prático (Althusser; Balibar, 2010, §11 e §17).

oferecendo-lhes assim um apoio recíproco, etc. (ideologias teóricas). Trata-se de um trabalho teórico polêmico (político) que, na medida em que tem por efeito principal produzir, organizar e garantir as evidências, deve renunciar forçosamente seu caráter polêmico, isto é, em última instância, o que define a filosofia idealista. Mas também estamos expostos aos trabalhos que colocam em evidência as relações de força e os conflitos de que as palavras dotadas da evidência mais intensa foram e continuam sendo o campo de batalha (tendência materialista). Basta mencionar o trabalho de Nietzsche sobre a genealogia da moral, que revela que a “consciência”, a qual tendemos a tomar como a própria evidência, é um efeito da maneira pela qual o cristianismo nos ensinou a nos considerarmos culpados por natureza, para que possamos ser submetidos com mais facilidade.

Embora Althusser não tenha elaborado a conexão a que Henry alude, seu trabalho sobre as generalidades imanentes a uma prática já estendia um fio pelo qual explorar a mediação linguística na ideologia e no conhecimento¹⁰. Contudo, qualquer exploração nesse terreno revelou-se dificultosa, pois a produção althusseriana passou por um longo estado de letargia, mais ou menos simultâneo à “crise do marxismo”, que não deixou de afetar também a produção de Pêcheux. Essa situação mudou nos últimos anos como consequência da publicação de textos póstumos de Althusser¹¹ e de mudanças importantes na conjuntura política. Superada a conjuntura pós-1989, na qual foi possível iludir-se, sob a cobertura ideológica da filosofia habermasiana com a construção de estruturas estatais supranacionais, ilusão pulverizada pela desvelada política imperialista exibida pelos Estados Unidos desde então¹², e com a emergência de uma variedade de governos pós-neoliberais na América Latina, o consenso ideológico sobre o qual se assentaram os anos 1980 e 1990 começou a apresentar fissuras. Recordemos que esse consenso girava em torno de um certo ceticismo considerado necessário para escapar das derivas totalitárias dos “grandes relatos” e também sobre uma reivindicação do caráter irreduzível da subjetividade. Quando o consenso neoliberal começou a rachar devido às suas devastadoras consequências sociais, as posições materialistas voltaram a tornar-se legíveis.

Althusser, como se sabe, apresentou sua posição sob a máxima de que era necessário “recomeçar” a revolução teórica de Marx. Tratava-se de uma interpretação da ruptura

¹⁰ A aparição póstuma de “Três notas sobre a teoria dos discursos” em *Escritos sobre psicanálise. Freud e Lacan* (Althusser, 2010) poderia nos levar a relativizar as afirmações de Henry e a reconsiderar os trabalhos iniciais de Michel Pêcheux. Veja-se Balibar (2016). Althusser (2015, p. 69 e subsequentes) vincula as abstrações às quais aludimos com à linguagem.

¹¹ Para uma revisão geral das publicações althusserianas, ver Goshgarian, Boggio Ewanjé-Epée e Huarte (2016).

¹² Ver Hobsbawm (2007).

epistemológica implicada em *O capital*, onde Althusser discernia a fundação de uma nova ciência, a descoberta do “continente teórico” da história. Colocavam-se, assim, desde o início, uma série de problemas no terreno do discurso, posto que, se a posição de Marx se encontrava estagnada e seu achado teórico recoberto por espessas camadas de evidências ideológicas, isso se devia, entre outras coisas, ao fato de que Marx não trabalhou no vazio, mas sim mediante a elaboração de ideologias preexistentes: a economia política clássica e as filosofias da história da Ilustração, particularmente a hegeliana, cujos vocabulários Marx teve que utilizar para formular problemas e conceitos inéditos. Abriu-se, então, o problema da relação dos textos de Marx com a problemática teórica que produziu, quando o fato é que muitos dos termos que utiliza provêm das ideologias das quais distanciou-se. “Uma ciência é ciência de uma ideologia”, pôde dizer Macherey, observação retomada nos textos de Pêcheux assinados como Thomas Herbert. O fato de constituir uma ciência da história tornou o empreendimento de Marx particularmente vulnerável ao equívoco de acreditar que havia constituído uma ciência do objeto que se apresenta como “a história real” na ideologia, seja nas ideologias práticas nas quais os homens vivem seus conflitos, seja nas ideologias teóricas que praticam a história como uma disciplina acadêmica, alojando os acontecimentos na moldura de um tempo histórico homogêneo, segmentado de acordo com uma interpretação de seu sentido. Ao contrário disso, Marx elaborou uma bateria de conceitos sobre a organização da sociedade, centrada no conceito de “modo de produção”, entendido como o conjunto de processos e mecanismos que estão pressupostos pelas diferentes formas de combinação dos elementos do processo de trabalho (trabalho vivo, meios de trabalho, objeto de trabalho), possibilitando a realização de processos produtivos concretos, ou seja, de apropriação da natureza, sem os quais não haveria sociedade alguma. Um modo de produção é, então, o conjunto de processos e mecanismos que articulam os diversos elementos do processo de trabalho, o que implica que os agentes da produção entram em relação com outros “personagens”, que não são agentes do trabalho produtivo, mas que detêm a propriedade dos meios de produção e se apropriam de parte do trabalho, o que ocorre mediante a dominação de classe, por meio de uma luta de classes que, em última instância, é uma guerra pelo assujeitamento de uma classe por outra. A partir daqui, pode-se esclarecer o sentido da tese segundo a qual a prática econômica “determina em última instância” a totalidade da vida social. Duas definições são necessárias. Em primeiro lugar, a determinação em última instância pode explicar o fato de que, em algumas formações sociais, a economia ocupe a posição dominante, como no modo de produção capitalista, onde os operários são “levados” ao processo de trabalho, à porta da fábrica, principalmente, ainda que não exclusivamente,

em virtude da necessidade econômica, encarnada no salário, que, ao cobrir somente os meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho, os leva a repetir, vez após vez, esse processo, fazendo com que a imensa maioria dos trabalhadores sejam “operários *vitalícios*”, segundo uma lúcida expressão de Althusser¹³. Mas a determinação em última instância contempla também outros tipos de mecanismos para a articulação dos elementos do processo de trabalho, em que, por exemplo, os servos são “levados” a trabalhar não tanto pelo peso da necessidade econômica, já que produzem eles mesmos os bens necessários para sua subsistência, mas sim por meio de fatores à primeira vista “alheios” à produção material da vida, como a força militar ou a ideologia religiosa, através dos quais se produz tanto a sujeição dos servos à terra como a extração da mais-valia. A determinação em última instância não pode ser pensada, em consequência, como uma essência subjacente que se manifestaria algumas vezes de maneira confusa, como no feudalismo, e outras às claras, como no capitalismo. As ideologias do *homo oeconomicus* são propensas a extrair essa conclusão, de acordo com a qual as formações históricas não fariam senão opacizar a realidade essencial da produção (a propriedade privada baseada no trabalho próprio), enquanto, no capitalismo, a realidade da produção se revelaria plenamente iluminada. Marx dedicou-se, em *O Capital*, a desmontar essa ilusão por dois caminhos. Por um lado, mostrou que, tanto no caso da acumulação simples como no caso da acumulação ampliada, o capital não é composto senão por mais-valia, ou seja, por trabalho alheio não remunerado¹⁴; por outro lado, mostrou que aquilo de que a lógica do capital não consegue dar conta, pois está sempre pressuposto por ele mesmo, isto é, a desigual distribuição dos meios de produção, é o resultado de um processo violento de expropriação e espoliação de grandes massas, denominado “acumulação primitiva”¹⁵.

A contribuição de Althusser mostrou que o aporte de Marx é limitado, já que, em *O Capital*, Marx somente ofereceu uma teoria da instância econômica do modo de produção capitalista¹⁶. Por sua vez, Althusser mostrou, em “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado” e em *Sobre a reprodução*, que, quando consideramos o que ocorre no processo de trabalho, verifica-se que as condições que permitem que ele se repita continuamente sob as

¹³ Althusser (2013).

¹⁴ Ver Marx, *El capital*, México, Editora Siglo XXI, tomo I, vol. 3, capítulos XXI e XXII.

¹⁵ Ver Marx, *El capital*, capítulo XXIV. A lógica da acumulação primitiva (ou por expropriação, regida pela violência) e a lógica do capital (lei do valor-trabalho) não permanecem separadas como a gênese e a lógica sistêmica; ao contrário, trata-se de sua articulação, através da qual o capitalismo “resolve” as crises que produz continuamente, como o testemunham os camponeses sem terra e deslocados que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo, sempre com maior intensidade em certas regiões do planeta.

¹⁶ Ver Althusser (2003).

mesmas relações de produção se encontram fora dele: nas condições jurídicas, no aparelho repressivo do Estado e no conjunto de instituições e práticas que Althusser denominou “aparelhos ideológicos de estado” (AIE), cuja operação constitui a força de trabalho como economicamente útil e politicamente dócil. Por aqui passam as principais contribuições de Althusser e de Pêcheux ao materialismo histórico. O determinante, isto é, a economia, existe através do determinado, ou seja, da ideologia, que agora é entendida como um conjunto de práticas e rituais materiais e que constitui os indivíduos como “sujeitos assujeitados” às diferentes posições das distintas instâncias que fazem parte de uma formação social.

Aqui é importante fazer duas ponderações. Por um lado, a tese da interpelação dos indivíduos como sujeitos implica que os indivíduos *não são inerentemente* sujeitos, o que impede que reduzamos a lógica do social a um conjunto de decisões subjetivas individuais, sejam elas explícitas ou implícitas. Muito pelo contrário, os indivíduos são constituídos como tais sujeitos na ideologia, ainda que sob a modalidade de uma causalidade complexa, cuja eficácia inclui a atribuição ideológica retrospectiva que faz com que os indivíduos sejam sempre já sujeitos. Por outro lado, os indivíduos, dos quais poderíamos dizer que são a realidade material que sustenta sua interpelação como “sujeitos”, somente existem através dessa interpelação. Essa perspectiva enquadra a densa discussão que o leitor encontrará no livro que apresentamos acerca da necessidade de desenvolver uma teoria não subjetivista da subjetividade, ou seja, uma teoria que dê conta do efeito sujeito sem apelar a um sujeito (ou a um substituto dele, como o “dar-se conta”, perceber, etc.), o que suscita o complexo problema de pensar um materialismo do imaginário que assuma a eficácia social das metáforas.

A tese da constituição dos indivíduos como sujeitos por meio da interpelação ideológica faz da categoria de sujeito a categoria ideológica por excelência. Como observou Pêcheux, essa tese funcionou como “a Peste do assujeitamento”¹⁷, já que o campo teórico reagiu como se se tratasse de uma peste, criando anticorpos e barreiras protetoras. Essa reação implicou fazer do descobrimento da “peste do assujeitamento” uma parte integrante dela mesma, promovendo leituras de Althusser como um “filósofo da ordem” e produzindo desânimo¹⁸. Compreende-se essa reação: o humanismo teórico não é uma ideologia qualquer: é uma ideologia das relações de produção, constantemente tensionada e restituída na prática

¹⁷ Ver Pêcheux (1990).

¹⁸ As trajetórias dos críticos de Althusser nos permitem fazer um balanço: tratou-se, em linhas gerais, de uma reinscrição de seus enunciados no âmbito da ideologia humanista que ele combatia. Ver Demirovic (2016).

política, como uma espécie de cimento que mantém unidos os diferentes elementos de uma formação social¹⁹.

Uma breve referência à ideologia jurídica, com a qual o humanismo teórico constitui um sistema, esclarece esse ponto. Para a ideologia jurídica, o universo se divide em duas classes de entidades, a saber, pessoas e coisas, que estabelecem dois tipos de relações: de pessoa a pessoa (contratos) e de pessoas a coisas (propriedade). Os *contratos* são celebrados entre pessoas adultas, juridicamente livres e responsáveis por seus atos, e a *propriedade* supõe uma livre disposição do uso dos bens. A ideologia jurídica projeta sobre o social a imagem de um espaço neutro no qual o conflito adviria só em um segundo momento. Os estudos de Marx questionaram definitivamente essa ideologia, mostrando que o contrato de trabalho capitalista supõe posições diferentes, uma das quais é livre juridicamente sob a condição de estar econômica e socialmente compelida a subscrever o contrato e, por outro lado, ao revelar a diferença abissal entre a concepção jurídica da propriedade e sua existência social. De fato, a concepção do capital como um conjunto de bens é o obstáculo que devemos superar para poder acessar uma concepção científica do capital: um conjunto de bens somente é capital quando está em condições de organizar o processo de trabalho por meio da exploração do trabalho assalariado para extrair mais-valor.

A maioria das críticas concorda em ler as teses althusserianas como uma supressão pura e simples do sujeito e, *a fortiori*, da agência. Althusser assinalou que confundiu a *combinatória* estruturalista, a qual criticou em *Lire le Capital*, com a *combinação*, que é um processo material, efetivo, de uma natureza diferente. A combinatória supõe que os elementos do sistema estão definidos de antemão e para sempre, de maneira que as diferentes combinações possíveis podem ser antecipadas. A combinação, ao contrário, supõe que o ordenamento geral resulta do encontro dos elementos, os quais preexistem no âmbito de ordenamentos anteriores, mas que, ao mesmo tempo, são transformados ao integrar um novo ordenamento. A emergência do capitalismo é um exemplo desse tipo de encontro contingente do qual resulta uma ordem duradoura. Está na base da emergência do modo de produção capitalista²⁰ o encontro entre grandes massas desapropriadas, isto é, “trabalhadores livres”, deslocadas do campo como consequência da transformação das terras de cultivo na Inglaterra em pastagens para ovelhas, efeito do florescimento da manufatura laneira flamenca, por um

¹⁹ A distinção das formas ideológicas segundo seu modo de operação e seu âmbito de aplicação (relações de produção; forças produtivas) é uma contribuição dos trabalhos iniciais de Pêcheux. Ver Macherey (2015).

²⁰ Ver Althusser (2015, p. 161).

lado²¹; com “homens de escudos” que tinham acumulado tesouros por meio pré-capitalistas, por outro; e, também, com descobrimentos científicos e técnicos que revolucionaram os processos de trabalho e as comunicações. Pensar a ordem como o resultado de um encontro ou combinação nos conduz a uma concepção de totalidade muito diferente daquela que resulta quando a pensamos em função de uma gênese e de um desenvolvimento em que ela estaria contida de antemão (totalidade orgânica ou expressiva). Trata-se de uma totalidade “sobredeterminada”, na qual as partes não mantêm entre si uma relação lógica previsível de antemão, sendo, inclusive, contraditórias entre si, e na qual as diferentes contradições possuem desenvolvimento e peso desiguais.

O caráter sobredeterminado da totalidade social está em uma relação interna com a luta de classes que a configura. É preciso nos determos nesse ponto. Althusser insiste em que é equivocado acreditar que há luta de classes porque há classes, isto é, que a luta se daria como uma consequência da existência de indivíduos situados em posições econômico-sociais semelhantes. A tese de Althusser indica, ao contrário, que as classes são um *efeito* da luta de classes. Assim se compreende a ênfase na luta de classes da burguesia contra o proletariado e seus aliados, em contraste com a concepção humanista que concebe a luta de classes apenas como a ação deliberada do proletariado por sua emancipação²². A luta de classes realiza a distribuição dos indivíduos sob determinadas “formas de existência histórica da individualidade”, em um processo que inclui a constituição econômico-social (distribuição dos meios de produção) e sua interpelação como sujeitos. Consequentemente, trata-se de um processo que não tem sua origem na tomada de consciência das próprias demandas. Ora, onde, então, localizar a resistência nesse esquema? Para começar, nas práticas das classes, sempre já inseridas em condições que, de acordo com a correlação de forças, demarcam um nível maior ou menor de agência. Retomando o exemplo da “acumulação primitiva”, as massas desalojadas possuíram “sempre já” alguma prática a favor de seus interesses, nas formas rudimentares de compreender sua própria sorte e de articular suas demandas, de responder às que lhes eram dirigidas, na inércia que lhes impedia de se acomodar imediatamente às novas formas de existência às quais deviam adaptar-se, etc. Essas formas dispersas do conflito fazem com que os AIE sejam a sede e o objeto da luta de classes, que predominantemente funcionem mediante a ideologia dominante, mas que sejam também o lugar de formas de compromisso, cujo sentido particular é contraditório ou, até mesmo,

²¹ Marx, *El capital*, p. 898.

²² Althusser (1983). Notemos que a tese do “fim da luta de classes” foi modelada a partir da concepção humanista, levando, assim, a tomar uma derrota histórica pelo fim de uma dinâmica inerente ao processo social do capitalismo.

incerto em um momento dado. Assim como as ideologias teóricas, os AIE podem trabalhar sobre as contradições, mas não podem, pura e simplesmente, suprimi-las. Que a totalidade esteja “sobredeterminada” implica que as múltiplas oposições e contradições internas à totalidade, em um período e numa formação social dada, não funcionem todas na mesma direção, ainda que estejam submetidas a “leis tendenciais” que implicam um predomínio das relações de classes existentes²³.

A tese do sujeito-assujeitado não implica a eliminação da agência, mas apenas da agência entendida por referência a um sujeito pensado como centro. Superado esse obstáculo, podemos focalizar melhor as condições sociais e políticas da agência. Se a história é um processo sem sujeito nem fins, se não há sujeito *da* história, há, contudo, “sujeitos” *na* história. Em outros termos, o estudo de uma formação social, das formas de sujeito que ela requer de maneira necessária e dos mecanismos que as produzem, dotados de uma autonomia relativa e de uma temporalidade histórica específica, é o modo que temos de compreender o alcance e os limites da agência, da intervenção em uma conjuntura determinada.

Essa concepção tem enormes consequências políticas. Althusser chegou à intuição fundamental sobre o que mais tarde desenvolveria em sua teoria dos AIE em seu trabalho sobre *Montesquieu*, de 1959, retomando as reflexões que indicavam como, apesar do crescente domínio da burguesia, persistia a “ditadura do feudalismo”, mesmo após as jornadas revolucionárias de 1789²⁴. Os teóricos e os políticos da revolução burguesa se enfrentaram com a realidade do Estado feudal, ou seja, com o conjunto dos AIE que reproduziam suas relações de produção. As filosofias do direito natural reagiram com uma enorme produção teórica e com um conjunto de instituições capazes de satisfazer as necessidades econômicas e ideológicas do modo de produção capitalista.

De maneira análoga, a análise das formações sociais capitalistas deve distinguir entre a forma de governo, que pode ser diversa (monarquia, monarquia constitucional, ditaduras, democracia representativa, etc.) e a forma de dominação, que é essencialmente despótica. A distinção é fundamental, porque nela se jogam as possibilidades de agência dos setores populares, isto é, não há democratização da sociedade sem uma intervenção na estrutura de

²³ Por exemplo, a prática da unificação linguística requerida pela constituição de um mercado interno capitalista (de mercadorias e de força de trabalho) supôs a repressão das práticas linguísticas proletárias (que faziam com que a greve fosse denominada, em diferentes regiões da França, *tric*, *cloque* ou *grève*), de modo que, desprovidos dos dialetos (*patois*) e do francês oficial, os proletários foram obrigados a articular sua luta por meio de consignas clandestinas. Mas os proletários puderam, mais tarde, tirar proveito dessa uniformização. Ver Balibar e Laporte (1976, p. 77 e subsequentes).

²⁴ Althusser (1968).

poder que reduza a capacidade de agência dos setores dominantes e favoreça a dos setores populares. Os processos latinoamericanos, desde o Chile de Allende até os da última década, têm reforçado a necessidade de pensar essa questão. A reforma constitucional aparece, assim, como uma questão central na agenda política dos setores populares, tomando o lugar do velho conceito da “ditadura do proletariado”, questão que deve ser abordada em toda a sua complexidade, para o que as produções teóricas de Althusser e Pêcheux são um legado imprescindível.

As reflexões anteriores buscam situar as considerações sobre a “tríplice aliança” (materialismo histórico, psicanálise e linguística), sobre as quais se constituiu o projeto de uma teoria materialista do discurso impulsionada por Pêcheux²⁵. A articulação em questão não implica uma homogeneidade teórica. Se o materialismo histórico é uma teoria finita, ou seja, incompleta, isso significa, por um lado, que ele requer retificações teóricas, pesquisas de caso e investigações em campos que não tenham sido abordados. Esses obstáculos não podem ser superados sem as contribuições da psicanálise e da linguística. O recomeço do marxismo como uma teoria viva depende da crítica, proveniente da linguística e da psicanálise, de certas evidências correntes no campo dos estudos marxistas. Por outro lado, a articulação implica que as disciplinas em questão, que trabalham sobre ideologias das relações de produção (as ideologias do AIE familiar, as ideologias da prática linguística no AIE escolar, nos processos de trabalho e no direito), isto é, ideologias que afetam de modo crucial a reprodução das formações sociais capitalistas contemporâneas, não possam enfrentar por si mesmas certos impasses teóricos e políticos. Em outros termos: a “tríplice aliança” está sobredeterminada.

A sobredeterminação dessa articulação afeta a produção dos conceitos fundamentais, mas isso não implica que ao materialismo histórico corresponda sempre um papel dominante na remoção dos obstáculos epistemológicos e na justiça das intervenções políticas. Ao contrário: assim como a determinação em última instância nos oferece a chave para compreender a atribuição do papel “dominante” a uma instância específica, assim também as possibilidades de ruptura com um campo ideológico podem estar localizadas em lugares diversos. Para concluir com um chamamento, gostaríamos de dizer que a teoria materialista do discurso e as análises de discurso através das quais se desenvolve são uma ferramenta poderosa para transformar as possibilidades de agência em uma conjuntura determinada.

Referências

²⁵ Ver Pêcheux (1990, p. 261).

- ALTHUSSER, Louis. **Montesquieu, la política y la historia**. Madrid: Ciencia nueva, 1968.
- ALTHUSSER, Louis. Presentación a la sexta edición. In: HARNECKER, Marta. **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. México: Siglo XXI, 1983.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideología y aparatos ideológicos de Estado. Freud y Lacan**. Buenos Aires: Nueva visión, 1988.
- ALTHUSSER, Louis. **Marx dentro de sus límites**. Madrid: Akal, 2003.
- ALTHUSSER, Louis. **Escritos sobre psicoanálisis**. Freud y Lacan. México: Siglo XXI, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre la reproducción**. Madrid: Akal, 2013.
- ALTHUSSER, Louis. **Iniciación a la filosofía para los no filósofos**. Buenos Aires: Paidós, 2015.
- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. De *El capital* a la filosofía de Marx. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. **Para leer El capital**. México: Siglo XXI, 2010.
- BALIBAR, Etienne. **Ciudadano sujeto**. Buenos Aires: Prometeo, 2013.
- BALIBAR, Etienne. Nota sobre la teoría del discurso. **Décalages**, v. 2, n. 1, p. 1-52, 2016.
- BALIBAR, Renee; LAPORTE, Dominique. **Burguesía y lengua nacional**. Barcelona: Avance, 1976.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística general I**. México: Siglo XXI, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. La seconde disparition de Michel Pêcheux. **Décalages**, v. 1, n. 4, 2014.
- DEMIROVIC, Alex. Why should we read Althusser (again)?. **Viewpoint Magazine**, julho de 2016.
- GOSHGARIAN, G. M.; ÉWANJE-ÉPÉE, Félix Boggio. Filosofía y revolución. Althusser sin teoricismo. Entrevista con G. Goshgarian. **Décalages**, v. 2, n. 5, p. 1-39, 2016. Traduzido por Pedro Karczmarczyk.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- HOBBSBAWN, Eric. **Guerra y paz en el siglo XXI**. Barcelona: Crítica, 2007.
- MACHEREY, Pierre. Lengua, discurso, ideología, sujeto, sentido: de Herbert a Pêcheux. **Décalages**, vol. 1, nº 4, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Michel Pêcheux: três figuras. *In*: BARONAS, Roberto; KOMESU, Fabiana. (orgs.). **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MARX, Karl. **El capital**. México: Siglo XXI.

MILNER, Jean-Claude. **El periplo estructural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

PÊCHEUX, Michel. Il n'y a de cause que de ce qui cloche (1978). *In*: MALDIDIER, Denise (org.). **L'Inquiétude du discours. Textes de Michel Pêcheux**. Paris: Ed. des Cendres, 1990.

Recebido em: 18/12/2025; **Aceito em:** 18/12/2025.